

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

**Formação Inicial para o Cargo de Especialista em Políticas
Públicas e Gestão Governamental - EPPGG**



17ª edição

enar



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

**Formação Inicial para o Cargo de Especialista em Políticas
Públicas e Gestão Governamental - EPPGG**

17ª edição

Escola Nacional de Administração Pública -Enap

SAIS - Área 2-A | CEP: 70610-900 | Brasília - DF

Telefone: (61) 2020-3000

Esther Dweck

Ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Betânia Peixoto Lemos

Presidenta da Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Iara Cristina da Silva Alves

Diretora de Educação Executiva

Carolina Pereira Tokarski

Coordenadora-Geral de Formação de Carreiras

Paula Cristina Mortari da Costa

Coordenadora-Geral de Aperfeiçoamento para Carreiras

Eliane Luz

Coordenadora do Curso de Formação Inicial para EPPGG

Sergio Paz Magalhães

Coordenador do Projeto

Michelle G. Moraes de Sá e Silva

Curadora do curso

Janaina Angelina Teixeira

Liliane Campos Machado

Curadoras Pedagógicas

Diagramação: **Ana Carla Gualberto Cardoso**

Revisão: **Ludmila Bravin**

P96495 Escola Nacional de Administração Pública (Enap)
Projeto pedagógico do curso formação inicial para o cargo
de especialista em políticas públicas e gestão governamental
– EPPGG / Escola Nacional de Administração Pública. – 17
ed. -- Brasília: Enap, 2025.
27 f.: il.

Inclui bibliografia.

1. Políticas públicas 2. Inovação no setor público. 3.
Servidor público 4. Capacitação profissional.

CDD 320.6

Bibliotecária: Kelly Lemos da Silva – CRB1/1880

SUMÁRIO

- IDENTIFICAÇÃO DA CAPACITAÇÃO 7
- 1. APRESENTAÇÃO 8
 - 1.1. Contexto 8
 - 1.2. Justificativa 8
 - 2.1. Objetivo geral..... 10
 - 2.2. Objetivos específicos..... 10
- 2. OBJETIVOS DO CURSO 10
- 3. MATRIZ CURRICULAR 11
- 4. COMPETÊNCIAS13
 - 4.1. Competências Transversais 13
 - 4.2. Competências Específicas 16
- 5. CARGA HORÁRIA 19
- 6. LABORATÓRIO DE CASO20
 - 6.1 Metodologia: *Problem Based Learning*..... 20
 - 6.2 Temas e problemas propostos 20
- 7. METODOLOGIAS DE ENSINO.....21
- 8. PROCESSO DE AVALIAÇÃO.....22
 - 8.1 Avaliação da Aprendizagem..... 22
 - 8.2 Avaliação institucional do curso..... 22
- 9. CERTIFICADO DE PÓS- GRADUAÇÃO LATO SENSU 23
- 10. INFRAESTRUTURA.....23
- 11. HORÁRIO DAS AULAS23
- 12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....24
 - 12.1 Referências Bibliográficas Básicas por Disciplina..... 28
- 13. ANEXO38
 - Anexo 1 - Lista de docentes do Curso de Formação para a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental..... 38

IDENTIFICAÇÃO DA CAPACITAÇÃO

Título

Curso de formação inicial o cargo de **Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental**.

Demandante

Ministério da Gestão e da Inovação e Serviços Públicos - MGI

Objetivo geral da formação inicial de carreiras

Promover conhecimentos especializados para execução de atividades de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, bem como assim de direção e assessoramento em escalões superiores da administração direta e autárquica (Lei 8.834/1989), orientados por valores democráticos, éticos, com visão sistêmica, princípios de direitos humanos, equidade, sustentabilidade, inclusão e foco nos resultados para o cidadão.

Objetivo geral do curso

Desenvolver capacidades e competências profissionais de futuros servidores públicos federais que, após a finalização do curso de formação, referente aos candidatos aos cargos de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, estarão habilitados para atuar no desenvolvimento e gestão de políticas públicas no âmbito do governo federal.



1. APRESENTAÇÃO

Este documento tem como objetivo apresentar as diretrizes formativas que irão nortear o desenvolvimento do curso de formação inicial para o cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

O Projeto Pedagógico do Curso - PPC apresenta o contexto e justificativa, objetivos, matriz curricular, competências transversais e específicas, carga horária, metodologia, caracterização das disciplinas, propostas temáticas para laboratórios de caso, indicação de docentes e metodologia de avaliação.

1.1. Contexto

O curso de Formação Inicial tem caráter classificatório e eliminatório e compõe etapa do Concurso Público Nacional Unificado - CPNU, regido pelo Edital nº 01/204, de 10 de janeiro de 2024.

A formação é a 3ª etapa do concurso para o cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério da Gestão da Inovação e Serviços Públicos - MGI, sob responsabilidade da Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

A Coordenação-Geral de Formação Intensiva (CGint), no âmbito da Diretoria de Educação Executiva - DEX, conforme suas atribuições descritas no Decreto n. 10.369, de 22 de maio de 2020, tem a competência de planejar, gerenciar e executar atividades relativas à formação inicial, inclusive as que compõem etapas de concurso público.

As atribuições do cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGG, estão descritas no Lei nº 7.834, de 6 de outubro de 1989, conforme a seguir:

Art. 1º É criada a Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão

Governamental e novecentos e sessenta cargos respectivos de provimento efetivo, para execução de atividades de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, bem assim de direção e assessoramento em escalões superiores da Administração Direta e Autárquica.

A carreira foi regulamentada pelo Decreto nº 5.176 de 10 de agosto de 2004.

A Secretaria de Gestão (Seges), que integra a estrutura organizacional do Ministério da Gestão, Inovação e Serviços Públicos - MGI, é responsável pela supervisão da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), conforme o Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024.

A proposta do curso deve conectar teorias de Administração Pública com a prática relacionada aos processos de políticas públicas. Os conteúdos das disciplinas e o perfil dos docentes foram pensados de maneira a aliar a metodologia de estudos de casos e conhecimentos aplicados de políticas públicas.

O curso de formação inicial será reconhecido como especialização

pós-graduação lato sensu. O corpo docente deve aliar a experiência profissional em governo ao conhecimento formal e produção acadêmica. Assim, prioriza-se pessoas com experiência nas áreas de administração pública, ciência política, economia e políticas públicas, com formação acadêmica em nível de mestrado e doutorado, além da prática de docência em cursos de formação profissional no âmbito do governo federal.

1.2. Justificativa

Este projeto pedagógico se insere no contexto de aprimoramento das estratégias de qualificação no serviço público e pressupõe o reconhecimento do dinamismo e da complexidade do funcionamento da sociedade, economia e, principalmente, do aparato estatal, que exigem uma burocracia profissional com capacidades de compreensão e reflexão crítica dessas circunstâncias e de suas implicações, como também de aplicabilidade de instrumentos de gestão e de políticas públicas eficazes para a criação de valor público.



A criação da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental integra o processo de fortalecimento institucional do Estado brasileiro pós-redemocratização. A carreira tem sua centralidade na política pública e no adequado funcionamento da administração federal.

Desde a sua criação, a carreira se expandiu e, destacadamente, consolidou-se como um corpo de servidores reconhecidos por sua excelência, profissionalismo, compromisso e dedicação. Os chamados “gestores federais” estão hoje lotados por toda a estrutura da administração federal direta e indireta, estando alguns cedidos aos Poderes Legislativo e Judiciário, além de governos estaduais e municipais. A carreira de gestores federais tem natureza ampla e busca servir à multiplicidade de demandas, necessidades e prioridades encontradas no governo federal como reflexo dos desafios complexos enfrentados pelo Brasil, desde as suas dívidas históricas até as incertezas e riscos futuros.

Como ethos público, a formação tem a preocupação em garantir de forma transversalizada a importância de princípios de ordem superior, como constitucionalismo, cidadania, interesse público, equidade social e justiça, bem como a preocupação com a conservação da integridade do Estado Democrático de Direito.

Portanto, a formação de recentes integrantes da carreira deve envolver o desenvolvimento de uma pluralidade de competências que serão mobilizadas ao longo de sua vida funcional. Esta formação deve estar sustentada pelos pilares estratégicos da democracia, do desenvolvimento inclusivo e sustentável, da diversidade e dos direitos humanos, conforme os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e conforme estabelecido na Constituição Federal.



2. OBJETIVOS DO CURSO

2.1. Objetivo geral

Desenvolver capacidades e competências profissionais de futuros servidores públicos federais que, após a finalização do curso de formação, referente aos candidatos aos cargos de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, estarão habilitados para atuar no desenvolvimento e gestão de políticas públicas no âmbito do governo federal.

2.2. Objetivos específicos

1. Conhecer os princípios democráticos e de direitos humanos, a sustentabilidade, a diversidade, a equidade e a inclusão para o serviço público.
2. Desenvolver conhecimentos orientados à análise de problemas, desenvolvimento de soluções e produção de serviços públicos.
3. Desenvolver competências para a gestão das políticas públicas.
4. Desenvolver habilidades relacionadas ao uso de instrumentos para a Administração Pública.
5. Conhecer práticas inovadoras para a implementação das políticas públicas.



3. MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular específica do curso de formação é composta por 04 (quatro) eixos organizados conforme quadro a seguir:

EIXO 1	Disciplinas	Carga horária
Estado, democracia e cidadania 136h	Seminário de Abertura	
	Estado Democrático	20h
	Burocracia e Ethos Público	20h
	Diversidade Populacional e Desigualdades no Brasil	20h
	Desenvolvimento socioeconômico	12h
	Mudança Climática - Desafios para a Administração Pública	8h
	Governança e Governabilidade	20h
	Governo Digital	20h
	Comunicação Pública e os Desafios Contemporâneos	8h
	Oficina - Prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no setor público	8h

EIXO 2	Disciplinas	Carga horária
Políticas Públicas 148h	Processo Decisório e Agenda de Políticas Públicas	20h
	Políticas Públicas Informadas por Evidências	20h
	Análise de Políticas e Programas Públicos	20h
	Implementação de Políticas Públicas	20h
	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	20h
	Laboratório de Estudo de Caso - PBL	40h
	Oficina de Inovação em Governo na prática e Ciências Comportamentais Aplicadas a Políticas Públicas	8h

EIXO 3	Disciplinas	Carga horária
Gestão Pública e Governança 180h	Coordenação Intersectorial e Federativa de Políticas Públicas	20h
	Participação Social e Políticas Públicas	20h
	Regulação e Relações entre Estado e Mercado	20h
	Planejamento, Estratégia e Cenários	28h
	Transparência, Integridade e Controle	20h
	Orçamento público e custeio de direitos fundamentais	20h
	Atividades Conexas	52h
	1. Gestão de Equipes	
	2. Metodologia Ágil de Projeto	
	3. Formas e Instrumentos de Pactuação	
	4. Sistemas Estruturadores do Governo Federal	
	5. Jornada do usuário de serviços públicos	
	6. Redação e Fluxo de Atos Normativos	

EIXO 4	Disciplinas	Carga horária
Estados do Futuro 80h	Políticas Públicas para Redução das Desigualdades	20h
	Políticas Públicas para Sustentabilidade	20h
	Inovação no Setor Público	20h
	Setor Público Orientado por Missões	20h

Palestras Estratégicas 36h

Carga horária total do curso: 580h



4. COMPETÊNCIAS

4.1. Competências Transversais

Compreende-se por competências transversais o “conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes indispensáveis ao exercício da função pública, que contribuem para a efetividade dos progressos de trabalho em diferentes contextos organizacionais” (Enap, 2021, p. 5).

Com base em estudos realizados em parceria com a OCDE, a Enap instituiu um conjunto com oito competências transversais para um setor público de alto desempenho a serem desenvolvidos em suas formações de servidores. A saber:

- 1. Resolução de problemas com base em dados** – Capacidade de idear soluções inovadoras e efetivas para problemas de baixa, média ou elevada complexidade com a utilização de dados (numéricos e não numéricos) e evidências que aumentem a precisão e viabilidade das soluções.
- 2. Foco nos resultados para o cidadão** – Capacidade de superar o desempenho padrão e apresentar soluções alinhadas ao cumprimento de metas e ao alcance dos objetivos estratégicos das organizações públicas para garantir o atendimento das necessidades dos usuários e dos cidadãos.
- 3. Mentalidade digital** – Capacidade de integrar as tecnologias digitais com os modelos de gestão; os

processos de tomada de decisão e geração de produtos e serviços; e os meios de comunicação interna, externa e de relacionamento com usuários.

- 4. Comunicação** – Capacidade de escutar, indagar e expressar conceitos e ideias nos momentos apropriados e de forma efetiva, garantindo uma dinâmica produtiva das interações internas e externas.
- 5. Trabalho em equipe** – Capacidade de colaborar e cooperar em atividades desenvolvidas coletivamente para atingir metas compartilhadas e de compreender a repercussão de suas ações para o êxito ou alcance dos objetivos estabelecidos pelo grupo.
- 6. Orientação por valores éticos** – Capacidade de agir de acordo com princípios e valores morais que norteiam o exercício da função pública, tais como responsabilidade, integridade, retidão, transparência e equidade na gestão da res pública.
- 7. Visão sistêmica** – Capacidade de identificar os principais marcos institucionais e as tendências sociais, políticas e econômicas nos cenários local, regional, nacional e internacional. Marcos esses que podem impactar os processos decisórios e a gestão de programas e projetos no âmbito do setor público.

- 8. Diversidade e Inclusão** – Capacidade de reconhecer e valorizar a diversidade de características, identidades, vivências e perspectivas de pessoas e grupos, criando ambientes de trabalho nos quais todos sejam acolhidos em suas singularidades e contribuindo para a geração de serviços públicos inclusivos.

Para desenvolver as competências transversais para um setor público de alto desempenho e desenvolver o ethos público democrático desejável para um Estado fortalecido, o **Eixo 1 - Estado, Democracia e Cidadania**, basilar para a formação inicial, é proposto como currículo transversal a todas as carreiras de formação inicial realizadas pela Enap. As disciplinas desenvolvem competências essenciais a todos servidores e servidoras da Administração Federal. Trata-se de competências basilares para uma atuação comprometida e consciente por futuros agentes do Estado que servirão à cidadania brasileira.

EIXO 1 - Estado, democracia e cidadania

Competência Geral: Assistir à tomada de decisão e à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, garantindo os princípios democráticos e de direitos humanos, a sustentabilidade, a diversidade, a equidade e a inclusão.



Disciplina: Estado Democrático (20h)

Competência: exercer a função pública observando os fundamentos do Estado Democrático de Direito e buscando garantir o estado de bem-estar social.

Ementa: democracia na contemporaneidade; formação do Estado Brasileiro; redemocratização e o Estado garantidor de direitos; crises da democracia e da cidadania social; relações entre Estado e sociedade sob a perspectiva da ampliação do bem-estar social.

Docentes: Luciana Ferreira Tatagiba, Doutora em Ciências Sociais; e Luciana da Conceição Farias Santana, Doutora em Ciência Política.

Disciplina: Burocracia e Ethos Público (20h)

Competência: servir o Estado brasileiro respeitando os preceitos de um ethos burocrático democrático.

Ementa: história da concepção e papel da burocracia; funções da burocracia na democracia; papéis da burocracia nas políticas públicas; relação entre políticos e burocratas; ethos burocrático democrático; ética do servir e integridade; representação burocrática; experiência internacional da burocracia, o tamanho do setor público em perspectiva comparada.

Docentes: Gabriela Spanghero Lotta, Doutora em Ciência Política; e Alexandre de Ávila Gomide, Doutor em Administração Pública.

Disciplina: Diversidade Populacional e Desigualdades no Brasil (20h)

Competência: reconhecer as origens históricas e as dimensões estruturais que condicionam e reproduzem as desigualdades de raça, gênero, classe e etnia no Brasil, atuando no serviço público contemplando as várias dimensões da diversidade que marcam a população, bem como mobilizando diversos mecanismos para mitigar e reverter essas situações.

Conteúdo Programático: a desigualdade, sob perspectiva histórica; aspectos estruturais da estratificação social: educação, mobilidade social e renda; abordagem multidimensional das desigualdades: raça, gênero e suas intersecções com outros marcadores de vulnerabilidade; aspectos não econômicos da desigualdade: modo de vida e trajetórias, visões de mundo, e perspectivas de grupos sociais que sofrem discriminação e apagamento por etnia, gênero, raça, orientação sexual identidade de gênero e deficiência.

Docentes: Roseli Faria, Economista, Analista de Planejamento e Orçamento; e Eduardo Gomor Santos, Doutor em Política Social.

Disciplina: Desenvolvimento Socioeconômico (12h)

Competência: contribuir para ações do Estado que permitam o alcance do desenvolvimento como projeto nacional e como compromisso internacional assumido pelo Brasil.

Ementa: desenvolvimento em perspectiva histórica e modelos

comparados de desenvolvimento; desenvolvimento como projeto nacional; desenvolvimento como modernidade e crescimento econômico; neoliberalismo e ajuste estrutural; desenvolvimento como liberdade e o conceito de desenvolvimento humano.

Docente: José Celso Cardoso Júnior, Doutor em Economia.

Disciplina: Mudança Climática - Desafios para a Administração Pública (8h)

Competência: reconhecer a crise climática como uma condição prioritária de influência sobre a formulação e implementação de políticas públicas, identificar os principais fatores que levam à mudança climática observada e futura, refletindo sobre o papel do Brasil na mitigação dos gases de efeito estufa e as necessidades de adaptação das atividades produtivas e da infraestrutura, em especial para populações vulnerabilizadas.

Ementa: fatores físicos da mudança do clima; mitigação e adaptação à mudança do clima; governança climática nacional e internacional; políticas públicas nacionais e subnacionais; exemplos de impactos e da resposta do setor público aos desastres ambientais no Brasil.

Docente: Gabriel Lui - Doutor em Ecologia Aplicada.

Disciplina: Governança e Governabilidade (20h)

Competência: atuar no serviço público compreendendo a separação entre Poderes, as complexidades da divisão de competências e receitas entre



entes federados e as particularidades do sistema político brasileiro.

Conteúdo Programático: governança; separação entre Poderes; Federalismo; desafios para a atuação no Executivo Federal; Presidencialismo de coalizão; relação entre Executivo e Legislativo na construção de políticas; pactuação para o orçamento público e emendas parlamentares; papel do Judiciário, Ministério Público, Controle Externo e Sociedade Civil.

Docente: Graziella Guitti Testa, Doutora em Ciência Política.

Disciplina: Governo Digital (20h)

Competência: compreender a relevância de incorporar ferramentas de governo digital nas rotinas e processos de trabalho, potencializando o alcance da transformação digital nos serviços públicos.

Ementa: transformação digital no serviço público; infraestrutura de dados; privacidade e segurança da informação; proteção de dados; identidade digital; inclusão e exclusão digital; plataformas de serviços

públicos com foco no cidadão; Inteligência Artificial; inovação no serviço público por meio de soluções digitais.

Docente: Renan Mendes Gaya Lopes dos Santos - Especialista em Engenharia de Software; e Marcos Moreira, Analista de Planejamento e Orçamento.

Disciplina: Comunicação Pública: ética, responsabilidade, diversidade e inclusão (8h)

Competência: compreender a comunicação pública, sua construção e princípios como ferramenta de governo para um posicionamento crítico diante dos desafios contemporâneos.

Ementa: conceitos e histórico da comunicação de governo no Brasil; direito à informação e a comunicação pública; princípios básicos da comunicação pública; desafios contemporâneos: linguagem e meios de comunicação do governo; infodemia e desinformação; limites éticos de *clickbait*s; sensacionalismo e polecismo; a reprodução de

estereótipos de gênero e raça; Análise Crítica do Discurso.

Docente: Ana Cláudia Mielke, Mestra em Ciência da Computação.

Oficina - Prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no setor público (8h)

Competência: atuar no serviço público de forma ética respeitando a legislação e a política de enfrentamento ao assédio moral, sexual e à discriminação.

Ementa: conceitos de assédio moral e sexual e discriminação; tipologias de violências no trabalho, considerando gênero e raça com perspectiva interseccional; matriz de gravidade de condutas violadoras; impacto das condutas de assédio e discriminação no trabalho e na integridade física e psicológica das pessoas; bases jurídicas do Programa de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação; protocolo de denúncias para vítimas e gestores públicos.

Docente: Ariana Frances, Mestra em Governança e Desenvolvimento.



4.2. Competências Específicas

As competências específicas que dizem respeito às atribuições do cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental estão voltadas à formação de servidores e servidoras que sejam capazes de atuar dentro da multiplicidade de órgãos que compõem o Poder Executivo Federal, sempre considerando seu papel para a preservação e a promoção da democracia, do desenvolvimento inclusivo e sustentável, da diversidade e dos direitos humanos. Essas competências estão divididas em três eixos, conforme os alicerces identificados na proposta matricial que informa curricularmente este PPC.

O **Eixo 2 - Políticas Públicas** apresenta os conhecimentos, ferramentas e debates sobre a formulação, desenho, implementação e monitoramento e avaliação das políticas públicas, desenvolvendo o senso crítico e analítico para a incorporação da interseccionalidade de gênero, raça, etnia, capacitismo e outros nas políticas.

EIXO 2 - Políticas Públicas

Competência Geral: Contribuir para a gestão das políticas e serviços públicos buscando sua acessibilidade, efetividade e qualidade.

Disciplina: Processo Decisório e Agenda de Políticas Públicas (20h)

Competência: assessorar a tomada de decisões a partir da identificação, caracterização e análise de problemas que demandam a ação pública por meio de políticas públicas.

Ementa: problema de políticas públicas: conceito e construção;

árvore de problemas e construção do problema de políticas públicas; problemas de políticas públicas e a agenda decisória; soluções para problemas de políticas públicas e o modelo da “lata de lixo”; agenda decisória e o sistema macropolítico; reforma e as várias abordagens para entender mudanças em políticas públicas.

Docente: Michelle Morais, Doutora em Educação Comparada e Internacional.

Disciplina: Políticas Públicas Informadas por Evidências (20h)

Competência: buscar, produzir e considerar as melhores evidências disponíveis para o desenvolvimento das políticas públicas.

Ementa: análise de casos concretos, conceitos, aplicações e desafios ao movimento das Políticas Públicas Informadas por Evidências; limitações e críticas à Política Pública baseada em evidência; diferentes tipos de fontes informacionais e de usos em contextos de produção de políticas públicas; processo de absorção de evidências nas diferentes fases da política; capacidades organizacionais e individuais na utilização de evidências; *policy advice*; institucionalização do uso de evidências nas organizações estatais.

Docentes: Natália Koga, Doutora em Ciência Política; e Ana Paula Karruz, Doutora em Políticas Públicas e Administração Pública.

Disciplina: Análise de Políticas e Programas Públicos (20h)

Competência: analisar a Política Pública considerando seu contexto e valores, compreendendo sua lógica

de funcionamento para ajuste dos melhores recursos na sua prospecção.

Ementa: o contexto institucional dos atores e seus interesses e das ideias no desenho e implementação de políticas e programas; ideias, valores públicos e contra-valores em disputa a descrição operacional de programas por meio de Mapa de Processos e Resultados; estratégias metodológicas, meta-avaliativas e recursos de Inteligência Artificial na identificação de gargalos e prospecção de experiências inovadoras de programas.

Docente: Fernanda Teixeira - Doutora em População, Território e Estatísticas Públicas e Paulo de Martino Jannuzzi, Doutor em Demografia.

Disciplina: Implementação de Políticas Públicas (20h)

Competência: compreender a implementação de políticas públicas observando as questões críticas pertinentes à temática.

Ementa: conceitos e teorias sobre implementação; elementos do processo de implementação de políticas públicas; desafios para a implementação de políticas públicas no Brasil.

Docentes: Pedro Luiz Costa Cavalcante, Doutor em Ciência Política; e Michelle Fernandez, Doutora em Processos Políticas Contemporâneos.

Disciplina: Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (20h)

Competência: conceber processos de monitoramento e avaliação de políticas, executando tais processos.



Ementa: conceitos e modelos de monitoramento e avaliação de políticas públicas; avaliação *ex ante* e *ex post*; avaliação de efetividade e avaliação de impacto.

Docente: Janaina Ma, Doutora em Administração e Tatiana Dias Silva, Doutora em Administração.

O **Eixo 3** - Apresenta os conhecimentos, ferramentas e debates sobre a governança e a gestão das políticas públicas, trazendo o debate da coordenação interfederativa e intersetorial, participação social e regulação, além de trazer discussões sobre a administração pública federal.

EIXO 3 - Gestão Pública e Governança (128h)

Competência Geral: Atuar no serviço público federal compreendendo os diversos atores políticos, econômicos e sociais e os variados arranjos de coordenação, regulação e governança

Disciplina: Coordenação Intersetorial e Federativa de Políticas Públicas (20h)

Competência: trabalhar em colaboração com representantes de governos subnacionais e de outros órgãos, garantindo a transversalidade das ações e a atuação coordenada no território com foco no usuário.

Ementa: conceitos de Federalismo, relações intergovernamentais e cooperação federativa; especificidades e transformações recentes do Federalismo Brasileiro; instrumentos de coordenação governamental; arranjos institucionais para o alcance das políticas públicas no território e as desigualdades nas capacidades estatais de estados e municípios; desafios da governança multinível e

da implementação de Políticas Inter e Intragovernamentais; coordenação governamental para a solução de problemas complexos; coordenação governamental e gestão de crises; o papel do Centro de Governo.

Docente: Elaine André Lício, Doutora em Política Social.

Disciplina: Participação Social e Políticas Públicas (20h)

Competência: reconhecer o valor democrático da participação social garantindo a participação como método de governo.

Ementa: relações Estado-sociedade; participação e movimentos sociais; institucionalização da participação social nas políticas públicas; comitês, comissões, conselhos e conferências; mecanismos de colaboração Estado-sociedade civil; fortalecimento da sociedade civil organizada para a cidadania; tecnologia e inovação para a participação social.

Docentes: Daniel Pitangueira de Avelino, Doutor em Política Social; e Joana Alencar, Mestre em Administração.

Disciplina: Regulação e Relações entre Estado e Mercado (20h)

Competência: compreender os mecanismos de regulação da atividade econômica situando-os no marco das relações entre Estado e mercado com vistas à promoção do desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Ementa: parcerias entre Estado e mercado; concessões e PPPs; modelos de regulação da atividade econômica; agências reguladoras no Brasil; falhas regulatórias; incentivos fiscais e subsídios; investimento estatal; regulações internacionais; atividades

econômicas para o desenvolvimento sustentável.

Docente: Bruno da Cunha Queiroz, Doutor em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento e Mauro Silva, Doutor em Economia.

Disciplina: Planejamento, Estratégia e Cenários (20h)

Competência: desenhar futuros alternativos e possíveis cenários para a formulação e execução de estratégias em ambientes complexos e dinâmicos, visando ao alcance de objetivos e resultados da agenda governamental.

Ementa: elaboração da dimensão estratégica do planejamento governamental; instrumentos e métodos de planejamento de curto, médio e longo prazo; construção de planejamento por cenários; elaboração de estratégia e indicadores de desempenho estratégico; estratégias em ambientes complexos e dinâmicos (compreensão da importância do tratamento setorial e multissetorial) em horizontes integrados de curto, médio e longo prazo.

Docentes: Jackson Silvano de Toni, Doutor em Ciência Política; e Adriano Caetano, Mestre em Ciência Política.

Disciplina: Transparência, Integridade e Controle (20h)

Competência: exercer a função pública atendendo aos princípios e requisitos para a garantia da transparência e da integridade, incorporando práticas que viabilizem os processos de controle.

Ementa: governo aberto; Lei de Acesso à Informação; transparência ativa; integridade no serviço público; órgãos de controle, funções e formas de atuação; *compliance*; corrupção.



Docente: Sergio Seabra, Doutor em Administração.

Disciplina: Orçamento Público e Custeio de Direitos Fundamentais (20h)

Competência: compreender o objeto e conteúdos básicos do Orçamento Público, considerando-o como meio instrumental de equalização entre as finanças públicas e as atribuições constitucionais do Estado brasileiro, em prol da máxima eficácia dos direitos fundamentais.

Ementa: noções introdutórias; princípios constitucionais; ciclo orçamentário: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA-LDO-LOA); elaboração, coordenação, execução e controle das leis do ciclo orçamentário; receitas e despesas públicas à luz da Lei nº 4320/1964, da Constituição Federal de 1988, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e do Regime Fiscal Sustentável (Lei Complementar nº 200/2023); relação de instrumentalidade entre arrecadação estatal e o tamanho constitucionalmente necessário do Estado brasileiro, identificado, em especial, a partir dos programas de duração continuada do PPA e das despesas não suscetíveis de contingenciamento da LDO; planejamento como eixo de ordenação legítima das prioridades inscritas nas leis orçamentárias; garantias constitucionais de custeio dos direitos fundamentais: receitas vinculadas, pisos em saúde e educação, Orçamento da Seguridade Social, fundos e instrumentos congêneres; Federalismo Fiscal e responsabilidade solidária pela consecução de serviços públicos essenciais; desafio de

internalização no ciclo orçamentário brasileiro do custeio da Agenda 2030.

Docente: Clarice Marinho, Mestre em Governança e Desenvolvimento e Roseli Faria, Economista, Analista de Planejamento e Orçamento.

Atividades Conexas - 64h

As atividades conexas tem como objetivo apresentar diversas práticas inovadoras da gestão pública, que colaboram para a transformação do Estado.

- Metodologia Ágil de Projetos (8h) - Alex Lopes Pereira
- Formas e Instrumentos de Pactuação (8h) - Kathyana Buonafina
- Sistemas Estruturadores do Governo Federal (8h) - Wanessa de Oliveira
- Jornada do Usuário de Serviços Públicos (4h) - Luana Faria
- Redação e Fluxo de Atos Normativos (8h) - Leila de Moraes

O Eixo 4 - Apresenta o debate de temas estratégicos e inovadores para o governo, com uma perspectiva internacional.

EIXO 4 - Estados do Futuro

Competência Geral: Dedicar-se à compreensão e utilização dos mais recentes métodos e ferramentas de inovação, comunicação, transparência e finanças públicas, buscando

endereço diretamente os desafios colocados para o Estado no contexto da pós-pandemia, da pós-verdade e da revolução digital.

Disciplina: Políticas Públicas para a Redução das Desigualdades (20h)

Competência: Trabalhar para que as políticas públicas federais reduzam as desigualdades existentes, reconhecendo o risco de que as mesmas também possam reproduzir desigualdades estruturais.

Conteúdo Programático: Políticas públicas e a redução das desigualdades; educação, pobreza e desigualdade de renda; redes de proteção social; biodiversidade e sustentabilidade; desigualdade racial; desigualdade de gênero; saúde pública; política trabalhista; política fiscal

Docente: Joana Mostafa, Economista e Doutora em Sociologia.

Disciplina: Políticas Públicas para Sustentabilidade (20h)

Competência: reconhecer a mudança do clima como desafio para a gestão pública, enfocando a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento das suas causas e consequências, assim como a sua transversalidade na agenda do desenvolvimento para a construção de um futuro sustentável para o país, considerando as diversidades de gênero, raça e etnias.

Ementa: mudança do clima e suas bases científicas; governança climática internacional (Convenção do Clima; Conferência das Partes; Protocolo de Quioto; Acordo de Paris); enfrentamento da mudança climática:



agenda da adaptação e da mitigação; cenários de mudança climática na realidade brasileira e seus desafios para a gestão pública, incluindo questões relacionadas a eventos climáticos extremos, disponibilidade de recursos hídricos, conservação da biodiversidade e transição energética; economia verde; justiça climática; Programa de Aceleração do Crescimento Sustentável (novo PAC).

Docente: Diogo Pereira Lindoso, Doutor em Desenvolvimento Sustentável.

Disciplina: Inovação no Setor Público (20h)

Competência: ser capaz de aplicar metodologias de inovação tendo em vista as especificidades do setor público.

Ementa: inovação como método de governo; design thinking; co-criação; lógica de interação; métodos ágeis; aprendizagem a partir do erro; jornada

do usuário; competências para a insurgência.

Docente: Marizaura Reis de Souza Camões, Doutora em Administração.

Disciplina: Setor Público Orientado por Missões (20h)

Competência: pensar de maneira estratégica e orientada para grandes objetivos, analisando e compreendendo os problemas complexos com que se depara a sociedade.

Ementa: conceito e design de política de inovação orientada para missões; instrumentos de política e mecanismos de governança; capacidades dinâmicas e adaptativas; melhores práticas e estudos de caso; monitoramento e avaliação de política de inovação orientada para missões.

Docente: Celina Pereira, Doutora em Ciência Política e Guilherme Alberto Almeida de Almeida, Mestre em Administração Pública.

A visita de campo terá como propósito aproximar os participantes da realidade dos órgãos e equipes federais, além disso seguirá a prática consolidada pela Enap na organização de experiências semelhantes em cursos de formação anteriores. Os participantes serão divididos em grupos e serão recebidos por equipes ministeriais previamente identificadas e preparadas pela Enap. A seleção dos locais de visita poderá ser feita com foco em programas/políticas ou com foco em problemas.

As visitas de campo serão precedidas por atividades preparatórias e de orientação e serão seguidas por um momento de devolutiva em que os grupos apresentarão seus relatórios para as equipes que os acolheram, assim como para os seus pares.

5. CARGA HORÁRIA

Carreira/Cargo	Carga horária	Nº de semanas	Distribuição de carga horária por atividade	Condição de oferta
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	580h	18 semanas	136h - Disciplinas do eixo basilar 316h - Disciplinas específicas. 40h - para o laboratório de casos em PBL (atividade interdisciplinar) 36h - Palestras 52h - Atividades Conexas	Etapas de concurso



6. LABORATÓRIO DE CASO

6.1 Metodologia: *Problem Based Learning*

Neste PPC, a Aprendizagem Baseada em Problemas (*Problem Based Learning* - *PBL*) se apresenta como uma alternativa metodológica para o desenvolvimento de aprendizagens significativas, constituindo-se como uma ferramenta importante para a superação da prevalência de aulas magistrais e do ensino centrado no corpo docente. É um método que atribui ao corpo docente não só a função de expositor do conhecimento, mas também a de facilitador da aprendizagem do corpo discente, desenvolvendo ações de orientação, acompanhamento psicopedagógico e supervisão dos seus estudos.

De forma geral, o PBL é um método de ensino-aprendizagem estruturado nas seguintes características fundamentais:

- O ponto de partida para a aprendizagem é um problema.
- O contexto do problema faz referência a uma situação na qual os participantes poderão enfrentar como futuros profissionais.
- O conhecimento que os participantes devem adquirir durante a sua formação profissional é organizado em torno de problemas em vez de disciplinas.

- Os participantes, individual e coletivamente, assumem uma maior responsabilidade na sua própria instrução e aprendizagem.

A metodologia de laboratório de casos tomará por referência estratégias de aprendizagem que estimulem a participação e o engajamento do corpo discente na análise de problemas e proposição de soluções (***problem based learning***) relacionadas à questões relevantes da agenda das políticas públicas importantes para a atuação da carreira.

6.2 Temas e problemas propostos

Laboratório de Caso 1: Atendimento às Solicitações de Refúgio no Brasil

Descrição do Escopo de Abrangência: O objetivo deste laboratório é desenvolver o caso que envolve um exemplo de governança participativa sob a forma do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), o qual também enfrenta o desafio de garantia do ágil e

adequado processamento de todas as solicitações de refúgio no Brasil. O caso envolve camadas diversas de complexidade, que vão desde a gestão de fluxos, a proteção de dados e privacidade até o atendimento ao estrangeiro e a proteção à dignidade humana.

Laboratório de Caso 2: Atenção à Saúde Indígena

Descrição do Escopo de Abrangência: O objetivo deste laboratório é analisar e propor diretrizes de políticas públicas orientadas à saúde indígena, tendo como foco as inovações institucionais e de serviços oferecidos pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, assim como os desafios para fazer chegar a atenção à saúde às terras indígenas e aos povos indígenas ainda em territórios não demarcados.

Laboratório de Caso 3: Cotas no Serviço Público

Descrição do Escopo de Abrangência: O objetivo deste laboratório é analisar e propor diretrizes de políticas públicas orientadas à Lei de Cotas no Serviço Público, considerando os desafios de implementar a Lei de Cotas desde 2014, como um instrumento importante de promoção da igualdade racial.



7. METODOLOGIAS DE ENSINO

As estratégias de ensino, adotadas no âmbito das disciplinas, deverão ser centradas no Corpo discente. Para isso, os docentes deverão considerar práticas que possibilitem a participação e o protagonismo do corpo discente. Além disso, é importante conectar a teoria à prática. Assim, listam-se a seguir algumas estratégias possíveis:

- **Aulas dialogadas** - Recurso didático em que se manifesta pela exposição de conteúdo articulada ao envolvimento e **protagonismo do corpo discente** de modo continuado e efetivo, cabendo ao docente um papel de coordenar a condução das discussões, reflexões e questionamentos referente ao conteúdo da disciplina.
- **Estudos de caso** - Estratégia que pode narrar um problema ou uma situação e possibilitar aos participantes a melhoria de práticas e processos, exercitando a tomada de decisão e o pensamento analítico, bem como possibilitando a troca de experiências. Os casos podem ser elaborados pelos docentes ou pesquisados em sites e canais com informações relacionadas à temática do curso/tema central da aula.
- **Trabalhos em grupo** - O trabalho em grupo possui um papel essencial na cocriação e no desenvolvimento de competência de trabalho em equipe, bem como na solução de questões e

problemas. Porém, para que seja de fato efetivo e construtivo, o trabalho em grupo deve seguir métodos e processos pedagógicos que permitam a participação de todos e a centralidade do corpo discente:

- **Roda de conversa:** é considerado o método mais “básico”, mas muito eficiente. Por meio da organização do grupo em uma roda, de maneira que todos os participantes possam se enxergar, um mediador responsável propõe ser relator dos assuntos discutidos no grupo **Open Space**, bastante utilizado quando se precisa mediar e discutir questões com grupos grandes e diversos. Por meio da criação de um “espaço aberto” (*open space*), os próprios participantes propõem e se responsabilizam pelos temas a serem abordados. Por seu caráter mais “livre” e focado na auto-organização dos participantes, o *open space* só tem uma regra clara, a chamada “lei dos dois pés”, que diz: “se você está em um lugar onde não esteja nem contribuindo, nem aprendendo, use os seus dois pés e vá para outro lugar”.
- **World Café:** é um modelo de conversação que promove diálogos construtivos por meio do acesso à inteligência coletiva, criação e troca de

conhecimentos. Para realizá-lo, é necessário organizar mesas redondas em um espaço, com 4 a 5 cadeiras cada uma. Em cada mesa são colocadas canetas coloridas. O grupo, então, é dividido em subgrupos, que se sentam nas mesas e discutem sobre um tema/pergunta definida por um mediador. As ideias e conclusões são anotadas e, após 20-30 minutos, os participantes da mesa, exceto um, mudam para diferentes mesas. A pessoa que permaneceu na mesa tem a tarefa de apresentar as conclusões anotadas aos novos companheiros e buscar saber o que foi compartilhado nas demais mesas. As novas discussões geradas são também anotadas, gerando uma ampla troca de conhecimentos. Passado o tempo, uma nova rodada é iniciada. Esse método é excelente para criar sinergia e comprometimento em todo o grupo.

- **Seminário/palestra** - Estratégia que permite a exposição de um tema, utilizando, se necessário, recursos audiovisuais, seguida de diálogo sobre a temática exposta.



8. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação está estruturada em duas perspectivas: a avaliação de aprendizagem e a avaliação institucional, de acordo com os elementos apresentados a seguir.

8.1 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação de aprendizagem será aplicada ao final de cada eixo, com questões transversais considerando os conteúdos e competências desenvolvidas ao longo de todas as disciplinas do eixo, por meio de uma prova escrita dissertativa interdisciplinar individual. As condições da avaliação e critérios de correção estão definidas no regulamento do curso.

8.2 Avaliação institucional do curso

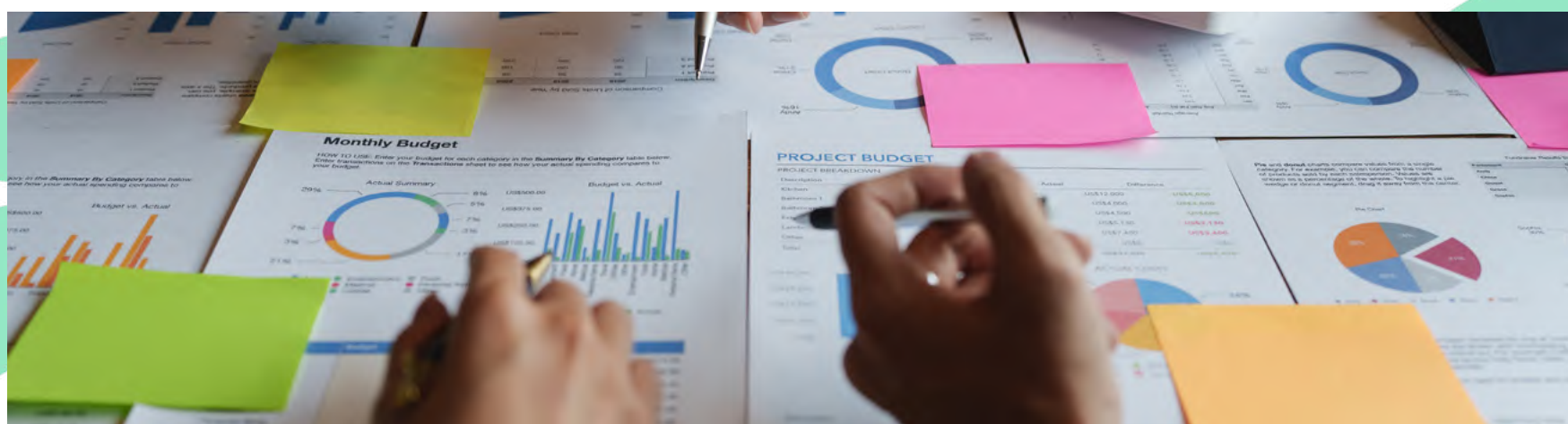
A avaliação institucional do curso será conduzida pelos seguintes instrumentos:

- **Avaliação de reação** – Trata-se de um instrumento que tem por objetivo avaliar as formações oferecidas pela Enap, permitindo, assim, que o participante possa mensurar a formação em seus diferentes aspectos, além de poder verificar os resultados alcançados, bem como as demandas para as próximas ações da Escola. Será aplicada por disciplina para avaliar o nível de satisfação com relação à disciplina específica, bem como ao

final do curso com um instrumento mais abrangente com fatores mais gerais com relação ao curso.

- **Avaliação de resultado** – trata-se de um método de avaliação baseado na comparação entre os resultados previstos e realizados. Por meio da avaliação de resultados é possível identificar se a formação oferecida pela organização está alinhada às competências específicas do curso.

A avaliação no contexto de aprendizagem deve estar vinculada aos objetivos de aprendizagem do curso, e a avaliação da ação formativa deve estar vinculada à garantia da eficiência e eficácia do sistema de avaliação, buscando como resultado final a excelência do processo ensino-aprendizagem.



9. CERTIFICADO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

O curso de formação inicial será reconhecido como pós-graduação lato sensu, conferindo o título de Especialista em **Políticas Públicas e Gestão Governamental**.

- Nome do curso: Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental.
- Certificação conferida: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.
- Modalidade: Presencial.
- Duração: 4 meses.
- Área de conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.
- Número de vagas oferecidas: 150.
- Período letivo de início de funcionamento do curso: Abril/2025.

Para a obtenção da certificação de conclusão de especialização o discente deverá cumprir os requisitos mínimos::

- I. Ter cursado a carga horária mínima para aprovação no curso de formação;
- II. Ter aprovação no curso com nota mínima de 7,0 (sete).

10. INFRAESTRUTURA

As aulas serão realizadas na modalidade presencial na Enap, campus Asa Sul, localizado no SPO - Asa Sul - Brasília, DF.

Para apoiar as atividades de ensino, melhorar o engajamento e otimizar as atividades, serão utilizadas ferramentas colaborativas digitais.

11. HORÁRIO DAS AULAS

- As aulas acontecerão entre 8h às 18h. Haverá intervalo de 2h de almoço. Para cada dia de aula está assegurado 1h diária destinada para estudo e preparação para as aulas e provas.



12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFECTO, Romeu; TERÇARIOL, Adriana Aparecida de Lima; GITAHY, Raquel Rosan Christino. **A aprendizagem baseada em problemas e a internet de todas as coisas**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

CAMPANI, A.; SILVA, R. M. G. da; PARENTE, P. M, M. Inovação pedagógica na Universidade. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**. Dourados/MS. v.8. n.22. p.18-34, jan./abr 2018.

CARBONEL, P. P. **Gestão por competência e gestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar**: a mudança na escola. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

COOL, César; MONEREO, Carles *et. al.*. **Psicologia da Educação Virtual**: aprender e ensinar com as Tecnologias da Informação e Comunicação. Porto Alegre, RS; Artmed, 2010.

EUROPEIA, Comissão. Memorando sobre aprendizagem ao longo da vida. **Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias**, 2000.

CUNHA, Maria Isabel. Inovações pedagógicas: o desafio da reconfiguração de saberes na docência universitária. São Paulo, SP, **Cadernos Pedagogia Universitária**, USP, 2008.

DELORS, Jacques (org.). **Educação**: Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

HUBERMAN, A. M. **Como se realizam as mudanças em educação**: subsídios para o estudo da inovação. São Paulo: Cultrix, 1973.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola**: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003

MASSETO, Marcos T. [et.al.](#) Inovação curricular no Ensino Superior: entrevista com Marcos Tarciso Masetto. **Rev. Docência Ens. Sup.**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 203-210, jan./jun. 2017.

PERRENOUD, P. L' Approche par compétences durant la scolarité obligatoire: effet de mode ou réponse décisive à l'échec scolaire? In: PERRENOUD, P. **Construire des compétences dès l'école Paris**, ESF, 1997. p.93-110. Disponível em: http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/textes.html. Acesso em: 11 abr. 2003.

RODRIGUES, M. M. A noção de Educação ao longo da vida como eixo orientador das políticas de educação para jovens e adultos. **Cadernos ANPAE**, v. 8, p. 1-18, 2009. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2009/242.pdf>. Acesso em: nov. 2023.

RODRIGUES, Marilda Merênci. Matrizes e repercussões da educação ao longo da vida como política educacional. In: EVANGELISTA, Olinda. (org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2014. v. 1, p. 203-243.



SILVA, Marco. Que é interatividade?". **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 24, nº 2, mai./ago. 1998.

TAVARES, Rosilene Horta. **Didática Geral**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 23, n. 61, 2003, p. 267-281. Doi: 10.1590/S0101-32622003006100002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/cH67BM9yWB8tPfXjVz6cKSH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2021.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria G. de (orgs.). **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos. Projeto Político da Escola: uma construção coletiva. Ilma P. A. Veiga (org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola**: uma construção possível/Campinas, SP: Papirus, 1995.

CAMPANI, A.; SILVA, R. M. G. da; PARENTE, P. M. M. Inovação pedagógica na Universidade. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**. Dourados/MS. v.8. n.22. p.18-34, jan./abr 2018.

CARBONEL, P. P. **Gestão por competência e gestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar**: a mudança na escola. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CUNHA, Maria Isabel. Inovações pedagógicas: o desafio da reconfiguração de saberes na docência universitária. São Paulo, SP, **Cadernos Pedagogia Universitária**, USP, 2008.

DELORS, Jacques (org.). **Educação**: Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

EUROPEIA, Comissão. Memorando sobre aprendizagem ao longo da vida. **Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias**, 2000.

HUBERMAN, A. M. **Como se realizam as mudanças em educação**: subsídios para o estudo da inovação. São Paulo: Cultrix, 1973.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola**: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

MASSETO, Marcos T. [et.al.](#) Inovação curricular no Ensino Superior: entrevista com Marcos Tarciso Masetto. **Rev. Docência Ens. Sup.**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 203-210, jan./jun. 2017.

MAZUR, Eric. **Peer Instruction**: a revolução da aprendizagem ativa. Tradução de Carlos Barcelos. São Paulo: Editora Blucher, 2015.

MORAN, José Manuel; BACICH, Lilian; MORAN; TREVISANI, Fernanda (orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

PERRENOUD, P. L' Approche par compétences durant la scolarité obligatoire: effet de mode ou réponse décisive à l'échec scolaire? In: PERRENOUD, P. **Construire des compétences dès l'école Paris**, ESF, 1997. p.93-110. Disponível em: http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/textes.html. Acesso em: 11 abr. 2003.

RIBEIRO, Roberto Portes. **Aprendizagem baseada em problemas no ensino de simulação aplicada à Administração**. 2016. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.



RIBEIRO, R. P.; VIANA, A. B. N. Estruturação do PBL para aplicação em disciplinas do curso de graduação em Administração. **Revista de Graduação USP**, v. 3, n. 1, p. 39-47, 2018.

RODRIGUES, M. M. A noção de Educação ao longo da vida como eixo orientador das políticas de educação para jovens e adultos. **Cadernos ANPAE**, v. 8, p. 1-18, 2009. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2009/242.pdf>. Acesso em: nov. 2023.

RODRIGUES, Marilda Merêncio. Matrizes e repercussões da educação ao longo da vida como política educacional. In: EVANGELISTA, Olinda. (org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2014. v. 1, p. 203-243.

SILVA, Marco. Que é interatividade?". **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 24, nº 2, mai./ago. 1998.

TAVARES, Rosilene Horta. **Didática Geral**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 23, n. 61, 2003, p. 267-281. Doi: 10.1590/S0101-32622003006100002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/CH67BM9yWB8tPfXjVz6cKSH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2021.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria G. de (orgs.). **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos. Projeto Político da Escola: uma construção coletiva. Ilma P. A. Veiga (org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola**: uma construção possível/Campinas, SP: Papirus, 1995.

ENAP. **Competências transversais de um setor público de alto desempenho**. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5663>.

ENAP. **PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional (2020-2024)**. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6481>.

Legislação da carreira de EPPGG

Lei

- **Lei nº 7.834, de 6 de outubro de 1989 - Criação da carreira.**
- **Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998**
- **Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998** - Cessão de servidores para Organizações Sociais (Art. 22)
- **Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 - Composição remuneratória da carreira.**
- **Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Cessão de servidores para Serviço Social Autônomo (Art. 57)**

Decreto

- **Decreto nº 5.176, de 10 de agosto de 2004 - Regulamentação da carreira.**



- **Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021 - Cessões, requisições e alterações de exercício para composição da força de trabalho**
- **Decreto Nº 12.102, Art. 16, inciso V, de 8 de julho de 2024** - Estrutura do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), atribuindo à Seges a supervisão da carreira.

Portaria

- **Portaria Seges nº 73, de 18 de agosto de 2006 - Programa Permanente de Aperfeiçoamento para fins de Promoção (Propeg).**
- **Portaria nº 2.074, de 9 de março de 2018 - Regimento do Comitê Consultivo da Carreira.**
- **Portaria Seges/MGI nº 4.911, de 30 de agosto de 2023 - Regras gerais para o afastamento para pós-graduação dos servidores das carreiras de Analista de Infraestrutura e Especialista em Infraestrutura Sênior (AIE/EIS) e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG).**
- **Portaria Seges/MGI nº 4.917, de 30 de agosto de 2023 - Regras para participar do Programa de Capacitação de Longa Duração (PCLD) no ano de 2024 para carreira de EPPGG.**
- **Portaria Seges/MGI Nº 5.591, de 28 de setembro de 2023 - Estabelece regras para definir a unidade de exercício e gerir a mobilidade da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGG.**

Fonte: [Geral — Portal do Servidor](#)

<https://www.gov.br/servidor/pt-br/acesso-a-informacao/servidor/carreiras/eppgg/legislacao-1/geral>



12.1 BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS DISCIPLINAS

Eixo 1 – Estado, democracia e cidadania

Disciplina - Estado Democrático

Bibliografia Básica

ALMEIDA, C. O que sabemos sobre as instituições participativas? Três aprendizados. In: TEIXEIRA, A. C. C. et al. (org.). *A democracia necessária e desejada: dilemas e perspectivas*. 1a ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2020, p. 67-77. Disponível em: https://www.nepac.ifch.unicamp.br/pf-nepac/teixeira_almeida_moroni_completo.pdf

Enio Moraes da Silva. *O estado democrático de direito*. Revista de Informação Legislativa, [s. l.], n. 167, 2005.

Maria Victoria Benevides. *Cidadania e Direitos Humanos*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf>

Maruci, Hannah Representação e representatividade in Dantas, Humberto. *Ciência política e políticas de educação : conceitos e referências [recurso eletrônico] / Humberto Dantas ... [et al.]*. – Rio de Janeiro : Konrad Adenauer Stiftung, 2021. Dados eletrônicos (pdf). Leitura das págs 153-168. Disponível em: https://votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/Ciencia-politica-e-politicas-de-educacao-26_07.pdf

Observatório Nacional dos Direitos Humanos. *Violências e violações praticadas por agentes de Segurança*. 2024. Disponível em: <https://storymaps.arcgis.com/stories/206fac8e72e248ffaecb7ffa4907cb52>.

OPINIÃO - STEVEN LEVITSKY E LUCAN A. WAY: COMO VOLTA DE TRUMP PODE LEVAR DEMOCRACIA DOS EUA AO COLAPSO. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2025/02/como-volta-de-trump-pode-levar-democracia-dos-eua-ao-colapso.shtml>

Pinto, S. C. S.. (2022). Algumas considerações sobre a relação eleições, voto e democracia. *Revista Brasileira De História*, 42(90), 19-33. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n90-03>

Disciplina - Burocracia e Ethos Público

Bibliografia Básica

ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita (2018) Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. In: Roberto Pires, Gabriela Lotta e Vanessa Oliveira. (Org.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. 1a. ed. Brasília: IPEA/ENAP, p. 23-57. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/180705_livro_burocracia_e_politicas_publicas_no_brasil_cap01.pdf

Centeno, M. A., Kohli, A., & Yashar, D. J. (2017). Unpacking states in the developing world: Capacity, performance, and politics. In *States in the Developing World* (pp. 1-32). Cambridge University Press. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9781316665657.002>



Du Gay, P. (2020). The bureaucratic vocation: State/office/ethics. *New Formations*, 100(100-101), 77-96. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/248/article/761222/pdf>

Panizza, F. E., Peters, B. G., & Larraburu, C. R. (2022). The Issue of Patronage in Latin America. In *The Politics of Patronage Appointments in Latin American Central Administrations* (pp. 3-30). University of Pittsburgh Press (pp. 3-30). Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctv35bfdwc.5>

Disciplina - Governança e Governabilidade

Bibliografia Básica

AMORIM NETO, O. Cabinets and coalitional presidentialism. In: *Routledge handbook of Brazilian politics*. Edited by AMES, Barry. New York: Routledge. pp. 293-312. 2019.

ARANTES, R. B. ; LOUREIRO, M. R. ; COUTO, C. G. ; TEIXEIRA, M. A. . Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, Tribunais de Contas, Judiciário e Ministério Público. In: Maria Rita Loureiro; Fernando Luiz Abrucio; Regina Silvia Viotto Monteiro Pacheco;. (Org.). **Burocracia e política no Brasil: desafios para o Estado Democrático no século XXI**. 1ed.Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

DANTAS, Humberto; FERNANDEZ, Michelle; TESTA, Graziella. Governabilidade: Instituições, Atores e Estratégias. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2023. pp 31-80. Disponível em: https://www.kas.de/documents/265553/265602/Governabilidade+-+segunda+edi%C3%A7%C3%A3o_DIGITAL.pdf/c81b1c0e-82ba-3178-2d4d-a730418fda05?version=1.0&t=1709315423519

Disciplina - Diversidade Populacional e Desigualdades no Brasil

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Antonio Cavalcante. *Aspectos das políticas indigenistas no Brasil*. Interações (Campo Grande), [S. l.], v. 19, n. 3, p. 611-626, 2018. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1721>

GONZALES, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20Lélia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: Ipea, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9164/1/Desigualdadesraciais.pdf>

Observatório das Desigualdades. FJP. *Precisamos falar sobre desigualdades*. Disponível em: <https://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/08/1-Precisamos-falar-sobre-desigualdade.pdf>

PEREIRA, Cleyton Feitosa. *Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil*. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, v. 4, n. 1, p. 115-137, 2016. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/307/168>

SANTOS, Wederson; CUNHA, Olemar Guilherme. *A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como um novo paradigma para implementação de políticas sociais*. InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 10, n. 1,



p. 665-693, 2022. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/download/43223/34777/140544#:~:text=A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20com%20Defici%C3%Aancia%20busca,plena%20\(DHANDA%2C%202008](https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/download/43223/34777/140544#:~:text=A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20com%20Defici%C3%Aancia%20busca,plena%20(DHANDA%2C%202008)

Disciplina - Desenvolvimento socioeconômico

Bibliografia Básica

ENRÍQUEZ, M. A. *Trajetórias do Desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. Pp. 162 - 179.

Disciplina - Mudança Climática - Desafios para a Administração Pública

Bibliografia Básica

Plano Clima. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/smc/plano-clima_2.

UNFCCC - 25 Years of Eort and Achievement. 2024. Disponível em: <https://unfccc.int/timeline/>

Instituto Talanoa. *O que é uma Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC)?* 2024. Disponível em: <https://politicaporinteiro.org/2024/08/16/o-que-e-uma-contribuicao-nacionalmente-determinada-ndc>

Laclima. 2024. *Afinal, o que é a COP?* Disponível em: <https://laclima.org/paperseries/afinal-o-que-e-a-cop/>

United Nations Children's Fund (UNICEF). *O que é governança climática?* Panama, Republic of Panama, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/media/31661/file/O-que-e-governanca-climatica.pdf>

Disciplina - Governo Digital

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. *Modelo de Maturidade de Dados*. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/infraestrutura-nacional-de-dados/maturidade-de-dados>

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. *Guia do Framework de Privacidade e Segurança da Informação*. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/privacidade-e-seguranca/ppsi/guia_framework_psi.pdf

BRASIL. Lei n. 14.129, de 29 de março de 2021. Lei do Governo Digital. Brasília, 29 mar. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm

BRASIL. Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, 14 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Brasília, 18 de nov. de 2011. Disponível em



: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

BRASIL. Decreto n. 8.936, de 19 de dezembro de 2016. Plataforma de Cidadania Digital. Brasília, 19 de dez. de 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8936.htm

BRASIL. Decreto n. 12.069, de 21 de junho de 2024. Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGD). Brasília, 21 de jun. de 2024. Disponível em : https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12069.htm

BRASIL. Decreto n. 10.332, de 28 de abril de 2020. Estratégia de Governo Digital. Brasília, 28 de abr. de 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10332.htm

BRASIL. Decreto n. 8.777, de 11 de maio de 2016. Política de Dados Abertos. Brasília, 11 de mai. de 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm

Disciplina - Comunicação Pública e os desafios contemporâneos

Bibliografia Básica

BLOTTA, Vitor; BUCCI, Eugênio. *Desinformação, democracia e regulação*. Revista Estudos Avançados, 39 (113), 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/HbHwnZThmzZSCKvMTKN9nnp/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 04 abr. 2025.

BRANDÃO, E. P. *Conceito de comunicação pública*. In: DUARTE, J. (org.) Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.

MIELKE, A. C. S. Negros e Mídia: invisibilidades: Especial - Racismo na Mídia e na Esquerda. Jornal Le Monde Diplomatique Brasil. Ed. 114. São Paulo. Le Monde Diplomatique Brasil, 2017. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/negros-e-midia-invisibilidades/> . Acesso em: 10 jun. 2024.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 2004. . Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoasDeRacaRacismoidentidadeEEtnia.pdf . Acesso em: 13 abr. 2025.

Eixo 2 – Políticas Públicas

Disciplina - Processo decisório de agenda de políticas públicas

KINGDON, John. Como chega a hora de uma ideia? e Juntando as Coisas. In: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi, orgs., Políticas Públicas, vol. I (Brasília: ENAP, 2006), pp. 219-223 e p.227-228 [subtópico “Problemas”]. Disponível em: https://perguntasapo.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/02/kingdon_1995_agenda-formation.pdf

CAPELLA, Ana Claudia Niedhardt. Capítulo 2. Formulação: o processo de formação da agenda. 2.1. Problemas e Políticas Públicas. In: CAPELLA, Ana Claudia Niedhardt. Formulação de Políticas Públicas. ENAP, 2018. Pp. 13-28. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3332>

FERREIRA, Cláudio. Debatedores defendem políticas públicas para mulheres vítimas de escarpelamento. Câmara dos Deputados, 2017.



KINGDON, John. Juntando as coisas. In: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi, orgs., Políticas Públicas, vol. I (Brasília: ENAP, 2006), pp. 225-245. Disponível em: https://perguntasapo.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/02/kingdon_1995_agenda-formation.pdf

CAPELLA, Ana Claudia Niedhardt. Capítulo 2. Formulação: o processo de formação da agenda. 2.3. Formação de agenda: a perspectiva do modelo de múltiplos fluxos. In: CAPELLA, Ana Claudia Niedhardt. Formulação de Políticas Públicas. ENAP, 2018. Pp. 39-49. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3332>

CASOS

Uso de celular nas escolas. Sancionada a lei que proíbe o uso de celular em escolas. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1126717-sancionada-lei-que-proibe-o-uso-de-celular-em-escolas/>.

Retificação do registro e nome social são conquistas da comunidade trans. Senado, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/responsabilidade-social/equidade/equidade-eventos/eventoequidade?id=retificacao-do-registro-e-nome-social-sao-conquistas-da-comunidade-trans>.

Dez anos depois de promulgada, PEC das domésticas ainda é negligenciada. Correio Brasiliense, 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2023/04/5088539-dez-anos-depois-de-promulgada-pec-das-domesticas-ainda-e-negligenciada.html>.

<https://www.camara.leg.br/noticias/515900-debatedores-defendem-politicas-publicas-para-mulheres-vitimas-de-escapamento/>

CAPELLA, Ana Claudia Niedhardt. Capítulo 2. Formulação: o processo de formação da agenda. 2.4. Formação de agenda: a perspectiva do equilíbrio pontuado. In: CAPELLA, Ana Claudia Niedhardt. Formulação de Políticas Públicas. ENAP, 2018. Pp. 49-60. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3332>.

CAPELARI, Mauro Guilherme; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães; CALMON, Paulo Du Pin; BORINELLI, Benilson. Mudança de larga escala na política ambiental: análise da realidade brasileira. RAP, 2020. p. <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/82406/78409>.

Corrida para proteger a Foz do Amazonas se acirra. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/corrida-para-proteger-a-foz-do-amazonas-se-acirra/a-69587129>.

MORAIS DE SÁ E SILVA, Michelle. Capítulo 1 - Programas de Transferência de Renda Condicionada e a Agenda de Redução da Pobreza. Capítulo 2 - A Difusão Internacional da Transferência de Renda Condicionada. In: Poverty Reduction, Education, and the Global Diffusion of Conditional Cash Transfers. Palgrave Macmillan, 2017, pp. 20-34 e 37-65. Tradução autorizada pela autora para uso na disciplina.

Disciplina - Implementação de Políticas Públicas

LOTTA, G. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, Gabriela Spanghero (org.). Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019, p. 11-38 https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20Análises%20sobre%20Implementação%20de%20Políticas%20Públicas%20no%20Brasil.pdf

CAVALCANTE, P. & PIRES, R. Governança Pública: das prescrições formais à construção de uma perspectiva estratégica para a ação governamental. Boletim de Análise Político-Institucional, v. 1, 2018. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8958>



LIPSKY, Michael. Burocracia de nível de rua: dilemas dos indivíduos no serviço público. Brasília: ENAP, 2019. (Cap. 1). https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4158/1/Burocracia%20de%20nível%20de%20rua_Michael%20Lipsky.pdf

PIRES, R. (Org.) Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. (Introdução). https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9323/1/Implementando%20desigualdades_reprodução%20de%20desigualdades%20na%20implementação%20de%20políticas%20públicas.pdf

GOMIDE, A.; SÁ E SILVA, M. & LEOPOLDI, M.A. (Editores). Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022). Brasília: IPEA - INCT/PPED, 2023. (Introdução). <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11939>.

Disciplina - Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)/Presidência da República. Casa Civil. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante, volume 1. Capítulo 4 - DESENHO DA POLÍTICA: MODELO LÓGICO, FUNDAMENTAÇÃO E ANÁLISE

SWOT. Brasília, Ipea, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8285> 2. Lassance, Antonio. Sistemas e ciclos de monitoramento e avaliação : recomendações da análise ex ante de políticas públicas e de programas governamentais. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10374>. Acesso em: 22 abr. 2025.

Disciplina - Políticas Públicas Informadas por Evidências

KOGA, Natália Massaco et al. Análise de políticas públicas e uso de evidências pelas burocracias: proposta de um modelo analítico para exploração das fontes que informam as políticas públicas no caso brasileiro. Boletim de Análise Político-Institucional (BAPI), n. 24, p. 29-40, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10374>. Acesso em: 22 abr. 2025.

MELLO, Janine. Produção estatal de evidências e uso de registros administrativos em políticas públicas. In: Políticas públicas e usos de evidências no Brasil. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: . Acesso em: 29 abr. 2025.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. Políticas Públicas Baseadas em Evidências: uma avaliação crítica. Boletim de Análise Político-Institucional (BAPI), n. 24, p. 17-27, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10373>. Acesso em: 22 abr. 2025. SUANO, Bethânia et al. Institucionalização do uso de evidências em políticas no Brasil: avanços e oportunidades. Boletim de Análise Político-Institucional (BAPI), n. 37, p. 153-161, 2024. Disponível em: . Acesso em: 22 abr. 2025.

Disciplina - Análise de Políticas e Programas Públicos

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Avaliação de políticas públicas: por onde começar? Um guia prático para elaboração do Mapa de Processos e Resultados e o Mapa de Indicadores. Belo Horizonte, 2022. http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/03.06_Guia-MaPR-Layout_Final.pdf

JANNUZZI, P. M. Economia política e avaliação em políticas públicas no Brasil pós-2014. Cadernos de Saúde Coletiva (UFRJ), v. 29, p. 1-11, 2021. <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/53F87pJQGYgrscBhhZNQJmQ/abstract/?lang=pt&authuser=JANNUZZI>,



P.M. A importância do contexto institucional, político e ideacional na avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Avaliação, 11(2), e113722, 2022. <https://www.rbaval.org.br/article/doi/10.4322/rbaval202211037>

JANNUZZI, P.M.; RODRIGUES, K.C.D.G. Ideias, instituições e interesses dos atores na moldagem das políticas públicas. Nexo Políticas Públicas, 2023. <https://pp.nexojournal.com.br/ponto-de-vista/2023/01/02/ideias-instituicoes-e-interesses-dos-atores-na-moldagem-das-politicas-publicas>

JANNUZZI, P.M. Efeitos virtuosos das Políticas Sociais. Terapia Política, 20 de setembro de 2023. <https://terapiapolitica.com.br/efeitos-virtuosos-das-politicas-sociais/>

JANNUZZI, P.M. Políticas Públicas, Valores e Evidências em tempos de Inteligência Artificial Campinas: Alínea, 2024, capítulo 3 (extrato). J

JANNUZZI, P.M. et al. Inteligência Artificial e Políticas Públicas: um ano depois. Nexo Jornal Políticas Públicas, 2024. In: <https://pp.nexojournal.com.br/ponto-de-vista/2024/10/10/inteligencia-artificial-e-politicas-publicas-um-ano-depois>

JANNUZZI, P.M. Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais. Campinas: Alínea, 2025, 2a. ed. revista e ampliada, cap. 5 (extrato)

JANNUZZI, P.M. Políticas Públicas baseada em Valores e informada por Evidências. Nexo Políticas Públicas, 28 de abril de 2025. <https://pp.nexojournal.com.br/ponto-de-vista/2025/04/28/politicas-publicas-baseada-em-valores-e-informada-por-evidencias>

JANNUZZI, P.M. Cenários do Brasil em 2050: o que é possível esperar da Inteligência Artificial e das Políticas Públicas. Terapia Políticas, 3 de maio de 2025. <https://terapiapolitica.com.br/cenarios-do-brasil-em-2050-o-que-e-possivel-esperar-da-inteligencia-artificial-e-das-politicas-publicas/>

Eixo 3 – Gestão Pública e Governança

Disciplina - Coordenação Intersetorial e Federativa de Políticas Públicas

Bichir, R. (2018). Governança Multinível. Boletim de Análise Político Institucional, 19, 49-55. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8969/1/bapi_19_cap_07.pdf

Cavalcante, P (2018) Núcleo, Centro de Governo, Centro Presidencial, Alto Governo: Várias Nomenclaturas e uma Questão Principal. In: P.L.C. Cavalcante & A. A. Gomide (eds.). O Presidente e seu Núcleo de Governo: A Coordenação do Poder Executivo. Brasília: IPEA, pp. 27-58. <https://www.econstor.eu/handle/10419/177575>

Licio, E. C. et al. (2021). Governos estaduais na execução das políticas sociais: Saindo de cena? Boletim de Análise Político-Institucional. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10933/1/bapi_30_governos_estaduais.pdf 4. Lotta, G. S., Gonçalves, R. & Bitelman, M. F. (2014). A coordenação federativa de políticas públicas: uma análise das políticas brasileiras nas últimas décadas. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, 19(64), 1-18. <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/5817>

Pires, Roberto Rocha Coelho; Gomide, Alexandre de Ávila. 2016. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. Sociologia e Política, Curitiba, v. 24, n. 58, pp. 121-143. <https://www.scielo.br/j/ln/a/7Z3vLtvbrTykKtSfx39QsXs/6>. Soares, M. M., & Machado, J. Â. (2018). Federalismo e políticas públicas. Enap (p. 13-20) https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3331/1/Livro_Federalismo%20e%20Pol%c3%adicas%20P%c3%ablicas.pdf



Soares, S., Bartholo, L., Licio, E. C., Bof, A., dos Santos Martins, F., & Dos Santos, C. H. M. (2021). Fim de uma era ou e agora, Maria? Desafios para a atuação federal na educação básica (No. 2713). Texto para Discussão/Ipea. Brasília-DF. Resumo Executivo. https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/211206_td_2713_sum_ex.pdf Silva, A. N., Licio, E, Trevas, V. P (2023). "Conselho da Federação: pilar da reabilitação da democracia brasileira - Opinião. UOL, 5 Programa de Formação Inicial de carreiras <https://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2023/11/11/conselho-da-federacao-pilar-da-reabilitacao-da-democracia-brasileira.htm>

Disciplina - Regulação e Relações entre Estado e Mercado

CUNHA, B. Q. Regulação e Desenvolvimento Econômico: Uma Análise Crítica e Interdisciplinar em Direito e Economia. Revista de Estudos Institucionais, v. 4, n. 2, p. 615-641, 2018. Link: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/306/2702>.

CUNHA, B. Q.; GOELLNER, I. DE A. As Agências Reguladoras Brasileiras no Século XXI: enraizamento institucional e características organizacionais em perspectiva comparada. In:

CAVALCANTE, P. L. C.; SILVA, M. S. (Eds.). Trajetória e Desafios do Estado Brasileiro: 25 anos pós Reforma Administrativa. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020. Link: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10944/1/AgenciasReguladorasBrasileira_s_cap09.pdf 3. ROCHA, Igor; RIBEIRO, Rafael Saulo Marques. Infraestrutura no Brasil: contexto histórico e principais desafios. In. SILVA, Mauro Santos. Concessões e Parcerias Público-Privadas: políticas públicas para provisão de infraestrutura. Brasília: IPEA, 2022. Link: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11401>

BHATTACHARYA, Amar; et al. Atributos e marco da infraestrutura sustentável. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Nota Técnica 1653, maio 2019. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/atributos-e-marco-da-infraestrutura-sustentavel> relatorio-da-consulta

Disciplina - Transparência, Integridade e Controle

BRASIL. Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016. Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mai. 2016. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/33947/8/Instrucao%20Normativa%20Conjunta%20MP-CGU%2001-2016.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2025. (CAPÍTULO II)

2. BRASIL. Controladoria-Geral da União. Guia Prático de Gestão de Riscos para Integridade: orientações para a administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/manual-gestao-de-riscos.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2025. (CAPÍTULO II) 3. BRASIL. Controladoria-Geral da União. Manual de Implementação de Programas de Integridade. Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/manual_profip.pdf. Acesso em: 05 jun. 2025. (CAPÍTULOS 1 e 2) 4. BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial Básico de Gestão de Riscos. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/21/96/61/6E/05A1F6107AD96FE6F18818A8/Referencial_basico_gestao_riscos.pdf. Acesso em: 10/06/2025. (CAPÍTULO 3)

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Relatório de Gestão: Guia para Elaboração na Forma de Relatório Integrado. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/data/files/A6/54/DC/CC/F621C8103F6EEFB8E18818A8/Relatorio%20de%20Gestao%20%20Guia%20para%20elaboracao%20na%20forma%20de%20Relato%20Integrado%20%20edicao%20revisada%202022.pdf> Acesso em: 05 jun. 2025. (CAPÍTULOS 1 a 5).



Disciplina - Planejamento, Estratégia e Cenários

Guia Prático de Planejamento Estratégico Institucional - MGI https://www.gov.br/gestao/pt-br/aceso-a-informacao/estrategia-e-governanca/planejamento_estrategico_arquivos/Guia_PEI_VF.pdf

Adiós, señor presidente, C. Matus Link para baixar o Livro

Reflexões sobre o Planejamento Estratégico no Setor Público, Jackson de Toni. – Jackson de Toni.pdf (enap.gov.br)

Trilha de Estratégia e Planejamento, Jackson De Toni e Antonio Lassance <https://sites.google.com/enap.gov.br/estrategia-e-planejamento/trilha-3?authuser=0>

Planejamento e Orçamento Governamental, Volumes 1, Introdução, James Giacomoni e José Programa de Formação Inicial de carreiras 4 Programa de Formação Inicial de carreiras Luiz Pagnussat (organizadores) , ENAP, 2006 <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/655> 6. Pensamento Estratégico e Planejamento Governamental, Ronaldo Coutinho Garcia e José Celso Cardoso, Revista Política Social e Desenvolvimento, n. 12. <https://revistapoliticassocialedesenvolvimento.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/01/revista12.pdf>

Disciplina - Orçamento e o custeio dos direitos fundamentais

GOBETTI, S. W. Política Fiscal em Perspectiva: o ciclo de 16 anos (1999-2014). Brasília: IPEA, 2015. <https://www.scielo.br/jj/rec/a/37hxBffxkkq5QSpzYSD7tmk/?lang=pt>

BRASIL, 2024. Transversalidade nas Políticas Públicas, no Plano e no Orçamento. https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/arquivos/guia1-geral_web.pdf

EIXO 4 – Estados do futuro

Disciplina - Políticas Públicas para Redução das Desigualdades

NERY, Pedro Fernando. Extremos: Um Mapa Para Entender As Desigualdades No Brasil. Rio de Janeiro: Editorial Zahar, 2024. Capítulo 3, PP.77-109 – Morumbi – o bairro em que se vive mais. Disponível no formato epub em <https://libgen.li/edition.php?id=1499352932>.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Políticas Sociais: focalização ou universalização? Revista de Economia Política, vol. 26, no 4 (104), pp. 564-574, outubro dezembro/2006. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0101-31572006000400006>

Disciplina - Políticas Públicas para a Sustentabilidade

AMAZONAS, M.; FLORIANO, T. Desenvolvimento Sustentável: a trajetória de um conceito In: FLORIANO, T.; BARRETO, C.; CAPELLARO, M.; DRUMMOND, J. A. (org.). Introdução ao desenvolvimento sustentável. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB, 2025. p. 142-151. <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/view/659/895/8300>



LINDOSO, D. P.; STRAPASSON, A.; RODRIGUES-FILHO, S. P. Mudanças climáticas e sustentabilidades: parte I. In: FLORIANO, T.; BARRETO, C.; CAPELLARO, M.; DRUMMOND, J. A. (org.). Introdução ao desenvolvimento sustentável. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB, 2025. p. 142-151. <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/view/659/895/8300>

LINDOSO, D. P.; STRAPASSON, A.; RODRIGUES-FILHO, S. P. Mudanças climáticas e sustentabilidades: parte II. In: FLORIANO, T.; BARRETO, C.; CAPELLARO, M.; DRUMMOND, J. A. (org.). Introdução ao desenvolvimento sustentável. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB, 2025. p. 151-161. <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/view/659/895/8300>

Disciplina - Inovação no Setor Público

BRANDALISE, Isabella; WERNECK, Caio. Entre mergulhos, respiros e respingos: inovação pública para aprendizagem coletiva. Brasília: ENAP, 2022. (Coleção Inovação na Prática, v. 3). Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7142>

METELLO, Daniela Design etnográfico para inovação no setor público. Brasília: ENAP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3524>.

FERRAREZI, Elisabete; LEMOS, Joselene; BRANDALISE, Isabela. Experimentação e novas possibilidades em governo. Brasília: ENAP, 2018. (Coleção Inovação na Prática). Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3691>

Disciplina - Setor Público Orientado por Missões

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Relatório final - Estados do Futuro. Olhar para o passado, refletir sobre o presente e cuidar dos desafios do Estado do Futuro. MGI, 2024. Disponível em https://www.gov.br/gestao/pt-br/central-de-conteudo/relatorio-states-of-the-future/StatesoftheFuture_PORT_interativo_dupla.pdf

MAZZUCATO, M. Transformação do Estado no Brasil: Desenhando compras públicas, empresas públicas e infraestrutura pública digital orientadas por missões para promover o crescimento sustentável e inclusivo. UCL Institute for Innovation and Public Purpose. IIPP Policy Report, v. 15, 2024. Disponível em https://www.enap.gov.br/media_files/documentos/transformacao_do_estado_no_brasil-1.pdf (pags 26-36).

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Um Estado inclusivo, democrático e efetivo a serviço da população brasileiro. MGI, 2024. Disponível em <https://www.gov.br/gestao/pt-br/central-de-conteudo/documento-de-discussao-201cum-estado-inclusivo-democratico-e-efetivo-a-servico-da-populacao-brasileiro201d>



13. ANEXO

Anexo 1 - Lista de docentes do Curso de Formação para a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

DISCIPLINA	DOCENTE	Titulação
Estado Democrático	Luciana Ferreira Tatagiba	Doutora
Estado Democrático	Luciana da Conceição Farias Santana	Doutora
Burocracia e Ethos Público	Gabriela Spanghero Lotta	Doutora
Burocracia e Ethos Público	Alexandre Ávila Gomide	Doutor
Diversidade Populacional e Desigualdades no Brasil	Eduardo Gomor dos Santos	Doutor
Diversidade Populacional e Desigualdades no Brasil	Roseli Faria	Graduação
Desenvolvimento socioeconômico	José Celso Cardoso Junior	Doutor
Mudança Climática - Desafios da Agenda Ambiental	Gabriel Lui	Doutor
Governança e Governabilidade	Graziella Guiotti Testa	Doutora
Governo Digital	Renan Mendes Gaya	Especialista
Governo Digital	Marcos Moreira	Especialista
Comunicação Pública e os desafios contemporâneos	Ana Claudia Mielke	Mestra



DISCIPLINA	DOCENTE	Titulação
Processo decisório e agenda políticas públicas	Michelle Moraes	Doutora
Políticas públicas informadas por evidências	Natália Kogo e	Doutora
Políticas públicas informadas por evidências	Ana Paula Karruz	Doutora
Análise de políticas programas públicos	Paulo Januzzi e Fernanda)	Doutor
Análise de políticas programas públicos	Fernanda Teixeira	Doutora
Implementação de políticas públicas	Pedro Cavalcante	Doutor
Implementação de políticas públicas	Michelle Fernandez	Doutora
Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	Tatiana Dias da Silva e	Doutora
Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	Janaina Ma	Doutora
Coordenação Intersectorial e Federativa de Políticas Públicas	Elaine Cristina Lício	Doutora
Participação social e políticas públicas	Daniel Pitangueiro Avelino	Doutora
Regulação e relações entre Estado e mercado	Bruno da Cunha Queiroz	Doutor
Regulação e relações entre Estado e mercado	Mauro Santos Silva	Doutor
Planejamento, Estratégia e Cenários	Jackson de Toni	Doutor
Planejamento, Estratégia e Cenários	Adriano Caetano	Doutor

DISCIPLINA	DOCENTE	Titulação
Transparência, integridade e controle	Sergio Nogueira Seabra	Doutor
Orçamento público e custeio de direitos fundamentais	Roseli Faria	Graduação
Orçamento público e custeio de direitos fundamentais	Clarice Marinho	Mestre
Políticas públicas para redução das desigualdades	Joana Mostafa	Doutora
Políticas públicas para a sustentabilidade	Diego Pereira Lindoso	Doutor
Inovação no setor público	Marizaura Camões	Doutora
Setor público orientado por missões	Guilherme Almeida de Almeida	Mestre
Setor público orientado por missões	Celina Pereira	Doutora



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

